

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO GESTOR ESCOLAR

Glaucilene Sebastiana Nogueira Lima

glauci.lima@hotmail.com

PPGE/UNIR. HISTEDBR/UFOPA

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

PPGE/UNIR. HISTEDBR/UFOPA. LAPPLANE/UNICAMP

lilia.colares@hotmail.com

Anselmo Alencar Colares

PPGE/UNIR. HISTEDBR/UFOPA

anselmo.colares@hotmail.com

RESUMO

Este texto visa refletir sobre a formação continuada, a educação a distância e sua contribuição para a prática da gestão escolar. Realizamos pesquisa bibliográfica, análise de relatórios e de documentos visando descrever o Programa Escola de Gestores, sua estrutura e implementação enquanto política de formação continuada tendo como objeto de análise o curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade EAD, desenvolvido na Universidade Federal Oeste do Pará/UFOPA. A pesquisa evidenciou que apesar dos desafios enfrentados pelo contínuo aperfeiçoamento que o contexto social e as demandas da escola atual exigem, o curso oportunizou o enriquecimento da relação teoria e prática visando a melhoria da qualidade na educação.

Palavras-chave: Formação Continuada; Educação a Distância; Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

[...] a educação reflete as transformações da base material da sociedade e, por isso, não está acima da sociedade, mas consiste em uma dimensão concreta da vida material e que se modela em consonância com as condições de existência dessa mesma sociedade. (BUENO; GOMES, 2011, p. 54).

Ao concordarmos com a afirmação acima apontada, assumimos que refletir sobre formação continuada a distância requer entender a educação como processo histórico e transitório que sofre alterações de acordo com o contexto sócio econômico e as condições objetivas em que se realiza.

Considerando esses aspectos é que discutimos a formação continuada a partir do curso de Especialização em Gestão Escolar desenvolvido pela Universidade Federal Oeste do Pará/UFOPA, cujo objetivo é qualificar os gestores das escolas da educação básica pública, por meio de formação a distância. Buscou-se identificar mudanças na percepção de

participantes do curso tendo como referência a formação continuada e o uso das tecnologias voltadas para a EAD, tendo em vista as contribuições para a melhoria dos processos da gestão escolar.

Bueno e Gomes (2011) possibilitam a contextualização teórica da problemática do uso das tecnologias educacionais nos cursos de formação continuada tendo em vista as transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas vivenciadas e a necessidade de adaptação dos profissionais da educação ao contexto atual.

A Educação a distância no Brasil apresentou um crescimento considerável nos últimos anos devido a implementação de políticas públicas na área de formação docente nas licenciaturas e na formação continuada através de programas como o Proformação, Pró-Licenciatura, Universidade Aberta do Brasil e Programa Nacional Escola de Gestores. Todos estes programas apresentam como foco a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento para atuar com vistas a melhoria da qualidade da educação básica.

Os avanços educacionais no Brasil na segunda metade da década dos anos 1990 foram notáveis. Mesmo assim, não foram suficientes para satisfazer adequadamente as demandas existentes, até porque as exigências da sociedade mudaram, acompanhando as transformações tecnológicas. Neste contexto, a educação à distância ocupou lugar central como alternativa de atender as demandas crescentes e alavancar as políticas destinadas a formação de professores e melhoria nos indicadores educacionais que atestem avanços na aprendizagem dos estudantes. Todavia, apesar da importância desta modalidade de educação e dos avanços tecnológicos que permitem a obtenção dos resultados desejados, não se pode olvidar das ambiguidades e tensões que se fazem presentes no modo de produção capitalista, e que fazem com que, na prática, a exclusão permaneça.

Embora a opção pela modalidade a distância seja justificada por aspectos pragmáticos relacionados aos custos, localização geográfica e formação em serviço, os aspectos relacionados ao processo de mediação pedagógica não podem ser negligenciados e/ou substituídos pelo uso maciço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), embora estes constituam importantes dispositivos na construção de novos paradigmas de formação e atuação dos profissionais na Educação Básica.

Pelas distâncias territoriais do Brasil e tendo em vista a aprovação de legislação específica, a educação à distância se tornou uma possibilidade concreta de formação de professores para diferentes níveis e modalidades de ensino. Como indicam Bohadana e Vale

(2009), *hoje, não é possível desconsiderar o impacto que a introdução da EAD online vem causando em nossas formas correntes de conceber e de praticar a educação e a comunicação.* As tecnologias engendram novo tipo de sociedade e revolucionam saberes e formas de executar tarefas simples ou complexas. As TICs não apenas aboliriam o espaço e o tempo tal como os conhecemos, como também estão na origem de novos modos de subjetivação e de socialização e até da concepção de democracia.

O desenvolvimento da informática influenciou consideravelmente a rápida expansão da educação a distancia em todos os níveis de ensino, principalmente pela receptividade desta modalidade de ensino pelas autoridades públicas brasileiras, que viram aí a possibilidade de atuação educativa em larga escala e pequeno custo em função dos interesses econômicos, das negociações internacionais e metas educacionais a serem atingidas conforme exigências de órgãos como o Banco Mundial e também as necessidades e imposições do mercado. Entretanto, não devemos desconsiderar as vantagens da educação a distância.

Entendemos que o novo papel da EAD na formação continuada dos profissionais da educação básica envolve questões relacionadas com a necessidade de mudança da cultura nas escolas e a inserção da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, de forma que se acumule não apenas o conteúdo específico, mas também inúmeras possibilidades pedagógicas que permitam uma atuação mais efetiva na sociedade.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E A EAD: exigências, dificuldades e desafios

A formação continuada dos profissionais da educação é hoje compreendida como central nas políticas educacionais que se destinam a enfrentar e resolver os problemas relativos à correção dos índices de desempenho escolar dos estudantes nos sistemas educacionais públicos.

No âmbito das políticas federais a formação continuada de gestores da educação básica passou a ser enfatizada a partir de 2003, quando a gestão eficiente e eficaz era vista como elemento essencial para a boa qualidade do sistema de ensino e da escola, ou seja, centrava-se na gestão a responsabilidade pela elevação da qualidade do ensino nas escolas públicas, além da ênfase que se dispensou a gestão democrática como conquista social. Mas é notório que as rápidas mudanças que se operaram nas diversas regiões do planeta por força da ampliação dos mercados consumidores e das necessidades de suprir as demandas a estes associadas, no fenômeno identificado por globalização, também trouxeram necessidades

quanto a ampliação na oferta de escolas e a revisão de seus processos pedagógicos, com vistas a acelerar a formação e oferecer um “produto” capaz de atender aos desejos do mercado. Tal contexto impulsionou as políticas públicas de formação de professores e o uso das tecnologias e da própria EAD.

Em vista disso, impõe-se a (re) organização do trabalho docente e dos processos educativos realizados no âmbito do ensino superior, com ênfase nas universidades públicas, mediante a implementação de uma política voltada para atender os aspectos acima citados. De acordo com Ferreira (2004) *novas prioridades impõem-se para novas políticas e, em especial, para a gestão democrática da educação comprometida com a qualidade da formação humana*. A educação e a formação de profissionais, a escola e sua gestão, devem ser fundamentadas em ideais que precisam ser firmados, explicitados, compreendidos e compartilhados nas tomadas de decisões sobre a formação dos cidadãos. Evidencia-se, assim, a necessidade de se repensar a gestão da educação ante a cultura globalizada e os desafios que a sociedade lhe impõe, enquanto responsável e comprometida com a formação humana de profissionais da educação e de profissionais em geral.

O desenvolvimento de conhecimento e formação de profissionais entendidos em gestão educacional, capazes de implementar e operar as transformações necessárias dos sistemas de ensino e escolas, é prioritário, por ser condição fundamental para o imprescindível salto qualitativo da educação brasileira (LUCK, 2011, p.24)

Nessa concepção, a gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades. Além de garantir a qualidade na mediação da prática social, a gestão da educação

[...] significa aprender com cada “mundo” diferenciado que se coloca, suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana. Estas compreensões têm como objetivo, se possível, “iluminar” um campo profissional “minado” de todas essas incertezas e inseguranças, tornando-o conseqüente com o próprio conceito e nome, a fim de tomar decisões sobre como formar e como garantir a qualidade da educação a partir de princípios e finalidades definidos coletivamente, comprometidos com o bem comum de toda a humanidade. (FERREIRA, 2004, p. 15).

Luck (2011) corrobora com a concepção proposta por Ferreira (2004) ao entender que a gestão educacional estabelece direcionamento e mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e fazer do sistema de ensino e das escolas, sem o que todos os demais esforços e gastos são despendidos sem promover os devidos resultados. As referidas

autoras defendem também que o processo de gestão pressupõe a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam de fato, quando articuladas entre si.

A reforma do Estado, a estruturação legal para as bases de uma educação em sintonia com as grandes questões nacionais colocavam a gestão, na década de 1990, a assumir responsabilidades com as mudanças diante das políticas públicas favorecedoras do processo de modernização exigido pelo neoliberalismo. Concomitantemente, crescia o debate em torno da gestão democrática e da melhoria na formação de professores, diante da necessidade de expansão da educação básica e de profissionais capazes de atuar de forma polivalente e em contextos de diversidade sob vários aspectos. Coloca-se então, a importância de uma gestão eficiente e eficaz, voltada para uma formação que possibilite a superação de problemas do cotidiano escolar.

A ampliação das possibilidades de participação efetiva na vida pública e a disseminação em larga escala dos conhecimentos a respeito das exigências para uma formação qualificada exigem mudanças na formação de profissionais da educação que vão atuar ou que já atuam na gestão de sistemas e unidades escolares. Isto implica na necessidade de concretizar na experiência humana a inserção de um modo de pensar coletivo, integrado a todas as ações, cumprindo seu papel fundamental de orientar a educação e o ensino para a realidade contemporânea de práticas educativas, que resultem na organização dos espaços para a construção da cidadania, da justiça e da igualdade de oportunidades frente a um mundo de exclusão, de sofrimento, de desigualdades e injustiças sociais. Dessa forma, a gestão não só concretiza os caminhos, como confere o sentido das práticas que emergem no ambiente escolar e das relações construídas coletivamente.

A gestão democrática da escola e dos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. O pleno desenvolvimento da pessoa, marca da educação como dever de Estado e direito do cidadão, conforme o art. 205 da mesma Constituição ficaria incompleto se tal princípio não se efetivar em práticas concretas no chão da escola. Tais observações correspondem a uma clara compreensão da relação central entre a formação continuada de gestores escolares e o avanço da qualidade do ensino, da realização e do fortalecimento da gestão democrática da educação pública. Entendemos, por conseguinte, que a escola tem um papel fundamental para que possamos avançar na efetiva gestão democrática, em todos os espaços coletivos. A escola tem um papel fundamental no processo de transformação da sociedade, rumo a construção de espaços

coletivos, apesar da ênfase que é dada a ideia de que o indivíduo, sozinho, é capaz de “vencer e alcançar sucesso”, desde que tenha competência suficiente para vencer os demais “concorrentes”. Neste sentido, faz-se necessário o preparo dos gestores a fim de que possa propor alternativas que resultem efetivamente na participação, fator primordial para que a gestão democrática se concretize.

No que se refere aos gestores escolares, a formação continuada que vem sendo oferecida geralmente se dá por meio de cursos de especialização, muitos dos quais na modalidade EAD, tendo como característica a formação semi-presencial, por meio do ambiente virtual *moodle*. Essas propostas visualizam o uso das TICs mesmo nos locais onde as condições operacionais apresentam-se limitadas, especialmente quando existe a previsão de formas interativas on-line.

As políticas públicas de formação continuada de professores encontram respaldo jurídico na Constituição Federal (CF, de 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996), pois ambas apontam como parte das obrigações do Estado brasileiro o aperfeiçoamento profissional continuado dos educadores, inclusive em serviço. O artigo 67 da LDB estipula que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação e o artigo 80 da referida lei especifica que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Giolo (2008) ressalta que a LDB de 1996 desencadeou o processo, mas ele só se estruturou efetivamente a partir do ano de 2000.

Nesse contexto as novas tecnologias tem se apresentado como importante instrumento para propiciar a aprendizagem a distância. Ressalte-se que esta modalidade, implementada como política pública educacional é vista como alternativa para a superação das desigualdades e estratégica para a democratização do ensino. Entretanto, não podemos negar os contracenários existentes nessas políticas colocadas como projeção da qualidade do ensino e da democratização. Como esclarece Kuenzer:

As novas bases materiais que caracterizam a produção (reestruturação produtiva), a economia (globalização) e a política (neoliberal) trazem profundas implicações para a educação neste final de século, uma vez que cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas gesta um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores. (KUENZER, 1998, p. 1)

Assim, entendemos que a educação a distância mesmo tendo respaldo na CF e na LDB não deve ser propagada de forma indiscriminada sem considerar os contextos a que se

dirige e as possibilidades de implementação para que não incorra no erro de, em lugar de possibilitar acesso e democratização, produza concretamente exclusão e precarização. Ainda conforme a autora acima mencionada:

Há, contudo, ainda um longo caminho a percorrer, particularmente se a pretensão for não apenas compreender, mas enfrentar as diferentes formas de exclusão que têm caracterizado a história do sistema escolar brasileiro. (KUENZER, 1998, p.2).

As novas formas de organização e gestão do sistema produtivo com incorporação de ciência e tecnologia e suas inovações causam profundo impacto em toda a sociedade, afetando assim o sistema educacional, por exige novos conhecimentos e novas atitudes no exercício de suas múltiplas funções. De acordo com Sousa e Ramalho (2012) estamos no meio de transformações incomensuráveis no seio da sociedade, as quais exigem da escola e dos profissionais nova forma de organização, produção e assimilação de conhecimento, porém, com a ressalva proposta por Kuenzer (1998) de enfrentar a exclusão sob todas as suas formas, processo no qual a educação tem dupla participação: como um dos determinantes, mas também como uma das formas de enfrentamento e de possível superação.

Para a realização desta pesquisa fizemos estudo bibliográfico, bem como análises dos relatórios feitos pela coordenadora da disciplina introdução do ambiente *moodle*, e dois professores das disciplinas Fundamentos do Direito a Educação e Oficinas Tecnológicas, todas elas realizadas no curso de gestão escolar e prevendo o uso intensivo da internet uma vez que todo o material didático e o acompanhamento deveriam ocorrer com o uso das tecnologias computacionais e a transmissão de dados a distância.

A maior parte dos cursos ofertados a distância utiliza tecnologias modernas e, nem sempre, os alunos estão preparados para lidar com as ferramentas necessárias ao bom andamento do processo educativo, resultando em dificuldades para o ensino e problemas na aprendizagem.

O curso de formação de gestores desenvolvido pela UFOPA teve como proposta pedagógica a ênfase na formação teórico-prática do gestor. Neste sentido, algumas questões devem ser consideradas no que se refere aos problemas de efetivação do curso no atendimento da proposta, entre eles podemos citar: a pouca (e, às vezes, nenhuma) familiaridade dos gestores-cursistas com os recursos da internet, e a ausência de garantia formal de tempo de dedicação do participante ao curso. Mesmo gestores possuem limites consideráveis no que se refere ao uso e manuseio de um computador. Dificuldades até mesmo de ligar e desligar, bem

como lidar com seu sistema operacional básico, como podemos observar no depoimento abaixo:

A falta de conhecimento básico de informática dos cursistas; Exigência de conhecimento básico de informática para a execução de certas atividades, tais como compactação, download, gravação de arquivo, entre outras. Uma boa parte dos cursistas não tinha essa capacitação no uso básico do computador. (Coordenadora de disciplina, 2012).

Os desafios explicitados pelos cursistas se referem a diversos aspectos entre eles o de realizar de forma prática a gestão democrática tendo como base o Projeto de Intervenção¹. Um dos aspectos que deve ser ressaltado é o desafio quanto a aquisição de novos conhecimentos e a barreira relativa ao uso das novas tecnologias, necessárias para a realização do curso a distancia, bem como a acentuada alegação de falta de tempo para o desenvolvimento das atividades e demandas do curso.

O descredito decorrente da compreensão equivocada sobre a EAD visíveis nos cursistas faz com que se surpreendam com as exigência e o rigor de disciplina que o curso exige. Tudo isto agrava os problemas para o adequado acompanhamento e realização das tarefas de forma a conciliar com as atividades cotidianas de gestão uma vez que se trata de uma formação em serviço.

Nas análises dos relatórios, no que se refere às dificuldades encontradas, as principais estão correlacionadas com o uso da tecnologia por parte dos cursistas. Vejamos as transcrições a seguir, que são representativas e elucidativas a este respeito:

Fator que ocasionou alguns transtornos foi a falta de capacitação de alguns cursistas no uso básico do computador, onde nem especificações simples, como a nomenclatura dos arquivos foi obedecida; Dificuldade de alguns alunos no uso correto dos fóruns e listas de atividades, postagem nos locais adequados; A própria natureza do curso exige que os cursistas estejam melhor preparados para o uso das tecnologias que suportam o ensino a distância. As primeiras disciplinas devem fortemente atacar este ponto, posto que sem uma base sólida com a qual os cursistas se sintam à vontade, toda a sequência do curso pode vir a ser altamente prejudicada. (Professor A).

Alguns alunos não acessam aos documentos básicos como o GUIA e aos conteúdos do CD; Muitos não dominam minimamente a informática; Outros possuem muita dificuldade de entendimento desses conteúdos e orientações. (Professor B).

Pelos registros acima identificamos que a falta de conhecimento e/ou disponibilidade e/ou aceitabilidade das tecnologias pelos cursistas é um dos fatores que dificultam não só o

¹ Ver em **Projeto de Intervenção** http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2.sala_projeto_vivencial/pdf/ProjetoIntervencao.pdf Acesso em: 20 de Fevereiro de 2012.

seu desempenho no curso em virtude do número reduzido ou inexistente de realização das atividades que requerem acesso a plataforma, bem como dificulta também o trabalho do professor, haja vista não ter condições de avaliar aspectos relacionados aos conhecimentos adquiridos no curso com relação a gestão.

A avaliação do conhecimento e do uso do computador não é o foco do curso objeto de análise, entretanto, tornou-se necessário o desenvolvimento e assessoramento rigoroso dos professores assistentes aos cursistas que apresentavam maiores dificuldades e familiaridade com o uso do computador e da internet. Esta situação leva-nos a ratificar plenamente as observações de estudiosos que apontam a necessidade da formação dos profissionais da educação para o uso das NTICs.

A formação deve preparar os professores para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas. Temos que considerar que muitos professores não receberam nenhuma formação para integrar as novas tecnologias da informação e da comunicação no seu trabalho pedagógico e que, em muitos casos, o medo faz rejeitar essas novas possibilidades. (VIGNERON, 2003, p.20)

O referido autor também chama a atenção para o fato de que o aprendizado para o uso das NTICs tornou-se uma exigência no contexto de aceleradas mudanças que afeta toda a sociedade.

Com as novas tecnologias de informação e comunicação, novos hábitos estão se incorporando à vida das pessoas, implicando novos produtos e serviços, novas formas de trabalho e novas competências profissionais. A necessidade de aprender neste mundo está levando à busca de alternativas educacionais, abrindo novos espaços para a educação a distância com novas tecnologias (VIGERON, 2003, p. 26)

O desenvolvimento tecnológico está cada dia mais presente no cotidiano, gerando mudanças práticas estruturais como o surgimento de novas funções e atribuições a todos os profissionais. O uso das tecnologias na formação do gestor, pode contribuir em sua prática pois a escola está inserida em um ambiente em que as tecnologias estão presentes, mesmo que ainda de forma incipiente. E a própria escola tem muito a ganhar com o uso dos recursos das NTICs, tais como a melhoria da qualidade das aulas e mais agilidade na realização de atividades burocráticas, assim como na implementação e avaliação de projetos e ações que contribuam efetivamente para garantir a aprendizagem dos estudantes.

SOUSA; RAMALHO (2012) observam que são inúmeros os desafios da formação de gestores em serviço e com a utilização de metodologias que incluam a EAD, não só para os

cursistas, mas para toda a equipe técnica, pedagógica, as instituições de fomento e os executoras desses projetos.

Para Bueno; Gomes (2011), não podemos enxergar as TICs de forma mecânica, como se fossem algo ruim ou a solução de todos os males, pois as tecnologias por si só, tal como a formação continuada, não podem resolver todos os problemas que afetam a educação escolar, em virtude das contradições existentes na sociedade, e que se manifestam nas intenções e ideologias contidas nos discursos neoliberais, no contexto interno da escola, e nas relações e atuação do profissional “*formado*”.

Algumas considerações conclusivas

De acordo com Nogueira; Oliveira (2005), *não é a tecnologia que garante a qualidade do ensino*, essa qualidade depende de diversos fatores internos e externos a execução do curso, tais como a equipe executora e os próprios cursistas, assim como as agências de fomento das políticas educacionais.

Apesar das contradições e contracenários existentes no uso das tecnologias nos processos de formação continuada, podemos dizer que a EAD é uma importante ferramenta no processo de formação continuada, não só por atender várias das demandas da sociedade da informação, ora vivenciada, mas também por propiciar desafios no manuseio da plataforma (*moodle*), gerando aprendizagens a serem integradas na gestão e na docência.

Acreditamos que apesar das dificuldades e dos desafios enfrentados pelos gestores escolares pelo contínuo aperfeiçoamento que o contexto social e as demandas da escola exigem, não podemos descartar a riqueza existente nos recursos tecnológicos para a prática da gestão e o processo educacional de forma que cursos dessa natureza oportunizam o enriquecimento da relação teoria e prática.

As políticas educacionais no campo de formação continuada de profissionais da educação básica devem ser pensadas na perspectiva de proporcionar a real inclusão no uso das tecnologias e não a utilização precarizada. Isso implica em atenção permanente em todas as etapas do processo, desde o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A qualidade da educação está fortemente relacionada à democratização do ensino público. Não pode ser confundida com a qualidade voltada aos interesses do capital, nem apenas com a redução dos índices estatísticos com relação à evasão repetência e aumento dos

indicadores de oferta e de aprovações. É essencial que as políticas educacionais se voltem para a formação dos profissionais da educação que atuam em diferentes espaços escolares e, fundamentalmente, dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS

BOHADANA, E. VALE, L. do. O quem da Educação a distância. **Rev. Bras. Educ. vol.14 no. 42 Rio de Janeiro set./dez. 2009.**

BUENO, J. L. P.; GOMES, Marco A. de O. **Uma análise Histórico-crítica da formação de Professores com tecnologias de informação e comunicação.** Revista Cocar Belém, vol 5, n. 10, p.53 – 64 jul – dez, 2011.

COLARES, M. L. I. S.; XIMENES-ROCHA, S. H. **Relatório do Curso de Especialização em Gestão Escolar.** UFOPA, 2012. (mimeo).

FERREIRA, N. S. C. **Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na “Cultura Globalizada” Educação e sociedade.** Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GIOLO, J.. **A Educação a Distância e a Formação de Professores.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

KUENZER, A. Z. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação.** *Educ. Soc.* vol. 19 n. 63 Campinas Aug. 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NOGUEIRA, M. L. de L.; OLIVEIRA, H. da S. G. de. **Educação a distância e formação continuada de professores: Novas perspectivas.** Colabor@. Revista digital da CVA. RICESU. Vol.3, N 10, novembro de 2005

SOUSA, A. da S. Q.; RAMALHO, B. L. **Políticas de Formação de Professores no Brasil e a modalidade a distância: pontos para reflexão.** IN Revista *Exitus*. UFOPA Belém, PA: Editora destaque-se - ano 2, n. 1, 2012.

VIGNERON, J. **Formação do docente em EAD.** In BARIAN PERROTTI, E. M.; VIGNERON, J. *Novas Tecnologias no contexto educacional: reflexões e relatos de experiências.* São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2003.